



European
Commission

6 passos práticos para implementar ações de mitigação da pobreza energética - Manual de aprendizagem da Plataforma de Aconselhamento sobre Pobreza Energética

Bem-vindo à fase final do combate à pobreza energética - em que os planos se transformam em ações. Este manual de aprendizagem ajuda-o a ir para além do diagnóstico e do planeamento para implementar medidas de mitigação da pobreza energética prontas a ser postas em prática. Chegou o momento de transformar os seus objetivos em resultados concretos.

Com passos práticos para transformar o Plano de Clima Social Local num plano de ação concreto, este manual garante que as considerações sociais são tidas em conta nas estratégias climáticas. Oferece um quadro claro em seis etapas para ajudar os municípios a enfrentar os desafios locais da pobreza energética com soluções adaptadas.



Definir o rumo a seguir

Passo 1: Balanço das conclusões do processo de diagnóstico e planeamento

Ao revisitar e atualizar as principais conclusões das fases de diagnóstico e planeamento, garantimos que os esforços de implementação estão bem informados e alinhados com os seus objetivos municipais. Podem ocorrer atrasos devido a eleições ou alterações legislativas, pelo que é importante analisar o Relatório de Diagnóstico da Pobreza Energética e o Plano de Clima Social Local antes de avançar. O objetivo é garantir que todas as atualizações, tais como novas políticas ou mudanças políticas, sejam incorporadas e alinhadas com os objetivos atuais. Ao envolver o grupo de trabalho, garantimos que todos os membros, especialmente os novos funcionários, estão informados e preparados para avançar. A documentação ajuda a registar as alterações efetuadas.



Passo 2: Desenvolvimento do plano operacional

É essencial desenvolver um plano de ação abrangente dentro de um determinado prazo. O plano deve dividir a estratégia global em tarefas geríveis, especificando as responsabilidades, os prazos e os recursos. Existem duas abordagens principais para definir todas as tarefas: a) cronológica: progredir do início ao fim e b) retrospectiva: partir do objetivo final e trabalhar para trás para determinar as tarefas necessárias. Uma combinação de ambas as abordagens cria um plano mais robusto, minimizando atrasos. Além disso, a definição do perfil dos agregados familiares vulneráveis permite a realização de ações específicas, como o ajustamento do horário dos serviços locais para melhor satisfazer as necessidades destas pessoas.



Passo 4: Estabelecimento de um plano de monitorização

O plano de monitorização acompanha os progressos do projeto através de indicadores de desempenho e de cronogramas. Deve incluir indicadores de pobreza energética (identificados durante a fase de diagnóstico e planeamento), como o número de casas renovadas para consumidores vulneráveis, juntamente com indicadores-chave de desempenho (KPI) para o progresso interno. Devem ser definidos os métodos de recolha de dados, as entidades responsáveis e os recursos. A interação regular com os beneficiários e as partes interessadas garante a transparência e a responsabilização. Se alguns indicadores ficarem aquém do previsto, a deteção precoce permitirá a tomada de medidas corretivas em tempo útil.



Passo 3: Desenvolver um plano financeiro

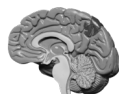
O plano financeiro descreve o tipo de despesas que podem ocorrer e a data prevista de conclusão para cada tarefa e subtarefa. Inclui a estimativa das despesas de capital (CAPEX) para investimentos únicos, como a infraestrutura de painéis solares, e as despesas operacionais (OPEX) para despesas correntes, como salários e manutenção. Este plano garante a disponibilidade de fundos durante todo o projeto, evitando interrupções. A colaboração com o departamento financeiro ajuda a identificar se há necessidade de financiamento externo. O plano financeiro avalia igualmente os riscos potenciais, como as alterações do mercado, e tem em conta estes riscos para garantir uma execução harmoniosa.



Implementar uma ação específica

Passo 5: Aplicar a lente da pobreza energética

Este passo fornece informações adicionais para garantir que as necessidades dos consumidores vulneráveis são satisfeitas através das ações específicas descritas abaixo:



▶ **Campanhas de sensibilização:** campanhas direcionadas para informar os grupos vulneráveis sobre a eficiência energética e os serviços. Devem ter objetivos claros e concretizáveis, ser adaptados ao público, com mensagens simples e claras em formatos adequados, como campanhas digitais para públicos mais jovens e abordagens presenciais para os idosos.

▶ **Mudança de comportamentos:** compreender e promover a reprodução de comportamentos positivos e eficazes é fundamental para envolver os consumidores vulneráveis. Podem ser testadas diferentes abordagens de incentivo antes da expansão para garantir a sua eficácia para o grupo-alvo. Devido à elevada sensibilidade da abordagem, é necessário recorrer a conhecimentos especializados específicos.



▶ **Balcões únicos:** oferta de serviços de apoio abrangentes a agregados familiares vulneráveis, incluindo aconselhamento sobre energia, compreensão das faturas de serviços e esquemas de apoio à renovação, entre outros. Para serem eficazes, devem ser acessíveis e fáceis de utilizar, com horários alargados e apoio multilingue, se necessário.



▶ **Comunidades de Energia:** capacitar os cidadãos através do apoio a iniciativas como os projetos energéticos detidos pela comunidade, que reduzem as faturas e criam empregos verdes. Os municípios desempenham um papel vital ao apoiarem estas iniciativas, especialmente para as famílias vulneráveis, através de apoio financeiro, reforço de capacidades e apoio administrativo. Ao envolver precocemente os consumidores vulneráveis, os municípios garantem soluções energéticas inclusivas e acessíveis, promovendo a transparência e maximizando os benefícios para a comunidade local.



▶ **Renovação de casas e melhorias de eficiência energética:** resolver a questão da fraca eficiência energética dos edifícios, especialmente para as famílias que não podem pagar as obras de renovação. Os elevados custos da habitação, a escassez de habitação pública e a falta de conhecimentos técnicos agravam o problema. As autarquias enfrentam desafios no que respeita à renovação de habitações privadas, mas devem ter em conta os impactos legais, financeiros e sociais nos inquilinos e proprietários pouco eficientes a nível energético quando promovem soluções energeticamente eficientes.



▶ **Regulamentos de incentivos e medidas financeiras:** oferta de programas financeiros adaptados, como subsídios, subvenções ou empréstimos a juros baixos, para ajudar as famílias vulneráveis, garantindo que são acessíveis e fáceis de compreender (por exemplo, com processos de candidatura simples e com poucos passos).



▶ **Outros:** são testadas novas abordagens inovadoras. A chave é manter o grupo-alvo no centro de tudo.



Revisitar e renovar

Passo 6: Avaliação do impacto

A avaliação do impacto das ações é fundamental para compreender a eficácia a longo prazo e a sua replicação. A avaliação deve analisar os resultados globais para os agregados familiares vulneráveis, como as poupanças de energia e a melhoria das condições de vida, e recolher as reações dos intervenientes. A avaliação baseia-se nos dados recolhidos ao longo das três fases e compara os resultados com a análise inicial. A participação de avaliadores externos pode contribuir para uma visão imparcial, garantindo a transparência. Este processo permite aperfeiçoar as estratégias e planear melhor os projetos no futuro.

Este documento foi produzido pela Plataforma de Aconselhamento sobre Pobreza Energética (em inglês Energy Poverty Advisory Hub, EPAH), a principal iniciativa da UE gerida pela Comissão Europeia, a pedido do Parlamento Europeu. O conteúdo baseia-se no "EPAH Handbook 3: A Guide to Implementing Energy Poverty Mitigation Actions" (Manual para a implementação de ações de mitigação da pobreza energética) que faz parte dos "EPAH Handbooks: A Guide to Understanding and Addressing Energy Poverty" (Um Manual para Compreender e Abordar a Pobreza Energética). O conjunto de manuais práticos para as autarquias e os profissionais tem como objetivo ajudar os municípios a combater a pobreza energética, garantindo que as dimensões sociais da transição energética são abordadas de forma eficiente. Data de publicação: novembro de 2024.